

## PLATÃO E A CONCEPÇÃO DÚCTIL DO SABER FILOSÓFICO

PLATO AND THE DUCTILE CONCEPTION OF PHILOSOPHIC KNOWLEDGE

TRABATTONI, Franco. **Oralidade e escrita em Platão**. Trad. de Fernando E. de B. Rey Puente e Roberto Bolzani Filho. São Paulo: Discurso Editorial; Ilhéus: Editus, 2003, 216 p.

A cuidadosa tradução dos professores Fernando Rey Puente (UFMG) e Roberto Bolzani Filho USP) e o belo projeto gráfico da edição brasileira conferiram ao opúsculo do estudioso Franco Trabattoni uma dignidade que supera de longe a modéstia do original italiano. Com efeito, a apostila do Seminário de História da Filosofia Antiga do ano acadêmico 1998/1999 da Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade dos Estudos de Milão ganhou a dignidade de “obra filosófica instigante”, que vem contribuir “para o enriquecimento da cultura e do vocabulário filosóficos em língua portuguesa”, além de estimular o “debate democrático e respeitoso de idéias”, como diz o professor Marcelo P. Marques, da UFMG, na entusiástica apresentação com que saúda esta publicação, fruto de um trabalho conjunto do qual ele mesmo participou.

De fato, a publicação em análise merece ser saudada por estes e outros aspectos que engrandecem a produção editorial brasileira no campo da filosofia. A densa “Apresentação” que abre a edição brasileira já é uma peça de inegável valor filosófico, tanto pela qualidade do texto e competência do seu autor, como pela posição teórica que

assume relativamente à obra apresentada, oferecendo com elegância e acribia uma primeira contribuição ao debate no qual a obra se lança. Além disso, um trabalho editorial bem sucedido transformou o que eram itens de um texto corrido na austera edição italiana em capítulos na edição brasileira, que, diferentemente da edição italiana, se conclui com a lista das referências bibliográficas utilizadas pelo autor, indicando também, quando há, as traduções portuguesas das obras citadas no texto. Esta gentileza com o leitor brasileiro, certamente obra dos competentes tradutores, ganha especial relevância diante da na correta avaliação do Prof. Marcelo P. Marques, segundo a qual o debate no qual a presente obra se insere “ainda não mereceu a atenção de nossos pesquisadores”.

Com efeito, este debate poderia ter começado em 1990, quando Henrique C. de Lima Vaz publicou na **Revista Síntese** (v. XVII, n. 50, jul./set. 1990, p. 101-113) uma extensa recensão da obra de Giovanni Reale, **Per una nuova interpretazione di Platone. Rilettura della metafisica dei grandi dialoghi alla luce delle “Dottrine non scritte”**, que em 1987 já alcançara a sua 5ª edi-

ção. Lima Vaz concluiu sua análise da monumental obra de Reale com uma espécie de convite ao debate, que não encontrou ouvidos na comunidade dos doutos especialistas em Platão. Escreveu então Lima Vaz: “O livro de Reale é um passo importante e, talvez, definitivo, no sentido da recuperação das ‘doutrinas não-escritas’ e da sua articulação às linhas fundamentais do pensamento de Platão tal como pode ser reconstituído a partir do texto dos “Diálogos”. Mas seria ingênuo supor que a tarefa hermenêutica em torno do texto de Platão tenha enfim resolvido seus grandes problemas. A bibliografia platônica é um campo sem fim justamente porque o texto de Platão, e tudo o que nos foi legado em seu nome, formam um tesouro inesgotável. Desse tesouro Reale nos oferece agora uma soma rara de riquezas. Mas muitas ficam por descobrir” (p. 113).

O debate poderia ter se aprofundado quando, em 1994, Edições Loyola publicou a minha tradução, com a colaboração de Henrique C. de Lima Vaz, do segundo volume da **História da filosofia antiga** de Giovanni Reale, dedicado a Platão e Aristóteles, no qual a parte referente a Platão já fora inteiramente refeita em função das pesquisas realizadas por ele sobre as doutrinas não-escritas de Platão a partir de 1982 e reunidas no volume acima citado. Mais uma vez a academia platônica brasileira ignorou um debate que já tinha produzido em outros quadrantes um considerável volume de publicações na forma de livros e de artigos em revistas especializadas. Em 1997 Edições Loyola publicou a minha tradução de **Para uma**

**nova interpretação de Platão**, feita a partir da 14ª edição italiana de 1991, considerada definitiva pelo autor, que incluía um Posfácio e uma série de apêndices nos quais se recolhia uma parte significativa do debate desencadeado pela obra em importantes centros acadêmicos europeus. Na cuidadosa e elegante edição brasileira, elogiada pelo próprio autor, a resenha de Henrique C. de Lima Vaz acima referida foi publicada como abertura. Mais uma vez o convite ao que poderia ser um fecundo debate acadêmico encontrou ouvidos moucos na academia platônica brasileira.

Ironia do destino ou, quem sabe, simples, porém explicável, fatalidade! Digo isso porque se alguma virtude devia ser valorizada pelos que se dizem ou acreditam ser herdeiros da Academia de Platão em nosso meio, esta seria a virtude do diálogo, que supõe, como é notório (para não recorrer à metáfora visual da evidência) uma infatigável capacidade de ouvir. A publicação do livro de Reale sobre as doutrinas não-escritas de Platão não encontrou interlocutores na nossa academia. Prova disso é o obsequioso silêncio sobre ele nas seções de bibliografia, de resenhas e de resenhas nas revistas especializadas e nos jornais de grande circulação que cumprem o papel de porta-vozes de grupos de eleitos de alguns centros acadêmicos do centro-sul do país.

Nesse sentido, é no mínimo curioso observar que a publicação do opúsculo de um estudioso italiano, que não se furtou ao debate com pensadores de grande envergadura na comunidade de estudiosos do platonismo como os que

se reconhecem sob o título genérico de Escola de Tübingen-Milão, seja saudado entusiasticamente como o instaurador de um debate que já produziu importantes frutos nas Academias europeias e que por mais de uma década esperou interlocutores na academia brasileira. Sou tentado a pensar que, finalmente, alguns representantes do nosso melhor platonismo encontraram um porta-voz que tornasse público, amplificando, o que se dizia no interior das salas de aula. Ainda que tardio, o debate democrático e respeitoso de idéias deve, verdadeiramente, ser saudado entre nós, na expectativa de que produza também aqui os frutos de compreensão e aprofundamento nos estudos platônicos que tem produzido em outros países.

De fato, o problema que está em questão nesse debate que apenas começa entre nós não se resolve com uma simples penada, seja ela inspirada pela infância do pensamento que é o dogmatismo, seja pelo ceticismo, que é sua adolescência, aos quais Kant opõe, no Prefácio da primeira edição da **Crítica da razão pura**, a crítica da idade madura da razão como única forma de evitar tanto o despotismo dogmático, que degenera na anarquia dos céticos, quanto o indiferentismo daqueles que, movidos por um zelo mal aplicado, tornam as ciências obscuras, confusas e inutilizáveis, ao assumirem aquele tom popular tão ou mais metafísico quanto a metafísica que tanto desprezam (**KrV**, Ak IV, 8s).

A propósito, é “também” de metafísica que se trata no debate em questão. A um pretenso Platão “ultra-metafísico”,

o Prof. Trabattoni pretende opor um Platão fragilizado, bem ao gosto dos esquemas do assim chamado *pensiero debole*, uma escola que lançou suas raízes no norte da Itália, com a obra de Gianni Vattimo, o qual, a partir de uma elaboração original da hermenêutica filosófica, tendo sido inicialmente discípulo de Gadamer, e da assimilação da crítica da metafísica operada por Nietzsche e Heidegger, pretendeu desenvolver o programa pós-moderno de um “pensamento frágil”, que se situa nos antípodas da assim chamada tradição metafísica ocidental. Voltarei sobre isso adiante.

O opúsculo de Trabattoni desenha com bastante objetividade o “estado da questão” (p. 21-36) e o “desenvolvimento histórico do problema” (p. 37-52) no atual debate em torno das doutrinas não-escritas de Platão, embora me pareça temerária a afirmação de que “não há nenhuma razão decisiva que nos obrigue a identificar as doutrinas platônicas relatadas por Aristóteles na **Metafísica** com as ‘assim chamadas doutrinas não escritas’ de que se fala na **Física**” (p. 25). Mesmo pesquisadores que declaradamente discordam as posições assumidas pela Escola de Tübingen-Milão, como Margherita Isnardi-Parente e Luc Brisson, assumem uma posição mais cautelosa a esse respeito, de modo que inclusive a objetividade que ele pretende demonstrar na apresentação dos dados do problema precisa ser discutida e confrontada com outras as leituras dos dados em questão.

A resposta que Trabattoni dá à pergunta: “Trata-se apenas de um problema historiográfico?” (p. 53-64), parece-

me um dos momentos mais frágeis e apressados, para dizer o mínimo, da sua interpretação dos dados da questão. Pretender provar que a preferência pelo Platão da tradição indireta “obedeça à intenção de impor (ou restaurar) aquela imagem de Platão que se suponha mais válida do ponto de vista teórico, ou seja, aquela de um Platão fortemente dualista e metafísico, aliado natural do espiritualismo cristão” (p. 53s), vinculando essa intenção a uma espécie de mandato oficial da ortodoxia católica em vista do acordo entre fé e razão, que vai da encíclica **Aeterni Patris** de Leão XIII à **Fides et Ratio** de João Paulo II, a meu ver é tudo menos objetividade na análise histórica dos dados do problema. Uma suspeita semelhante, mas com sinal trocado, poderia ser levantada à tentativa de fragilizar o pensamento de Platão. Afirmações como: “a compreensão da filosofia platônica tem pouco a ver com o conhecimento objetivo de uma doutrina” (p. 73), ou: “A intenção de Platão era salvaguardar uma verdade útil para a vida prática, tendo em conta todos os obstáculos que se interpõem à sua obtenção” (p. 101), podem ser igualmente tributárias de uma intenção cujos motivos inconfessados estariam vinculados a uma tentativa de impor uma imagem de Platão aliada ao programa filosófico que, mesmo que não considere o niilismo como um destino do pensamento ocidental, considera obrigatória a passagem por ele. Entretanto, não me parece ser este o melhor caminho para avaliar objetivamente, e por que não dizer, honestamente, tanto a leitura da Escola de Tübingen-Milão quanto a da escola italiana do pensamento frágil.

A questão da assim chamada interpretação aristotelizante da filosofia de Platão é despachada por Trabattoni com base no pressuposto de que o testemunho oferecido por Aristóteles na **Metafísica**, “mesmo que tenha convencido e enganado legiões de filósofos e de historiadores da filosofia, até os nossos dias” (p. 89), não corresponde à filosofia de Platão. Esta é uma hipótese que, verdadeiramente, mereceria ser mais discutida. A imensa literatura em torno dos *Testimonia platonica* não é ignorada por Trabattoni, mas não é devidamente levada em consideração nos limites do presente opúsculo. Por outro lado, a caracterização das concepções da filosofia de Platão e Aristóteles nos termos de uma contraposição entre busca da felicidade *versus* busca do saber é o dado a ser provado, dada a importância que ela assume no texto de Trabattoni para decidir a questão.

Quanto à interpretação do **Fedro**, ensaiei uma interpretação discordante da compreensão de Trabattoni no texto “Retórica é/e filosofia. Leituras do **Fedro**”, publicado neste número de *Hypnos* (p. 34-48), ao qual remeto o leitor eventualmente interessado. Trata-se ali de um início de discussão que espero poder continuar proximoamente. Por rápida que tenha sido esta primeira discussão, não quis me furtar ao debate respeitoso de idéias na primeira ocasião que se me ofereceu.

Nos dois últimos capítulos dedicados à **Carta Sétima** o autor retoma o amplo desenvolvimento em torno do seu significado filosófico apresentado em obra anterior (**Scrivere nell’anima. Verità, dialettica e persuasione in**

**Platone**, Florença: La Nuova Italia, 1994, p. 200-244). A interpretação da conhecida passagem da **Carta VII**, na qual Platão afirma que nunca escreveu nem escreverá sobre as coisas que não são exprimíveis como os outros conhecimentos, bem como a interpretação do assim chamado *excursus* filosófico são feitas em consonância com a tese de fundo do autor sobre a fragilidade dos *lógoi* e sobre a natureza não proposicional e, portanto, não doutrinária do ato de conhecimento segundo Platão, mesmo admitindo que “Platão tenha voluntariamente deixado orais alguns modos de articular seu pensamento, como, por exemplo, os aprofundamentos a respeito da natureza dos princípios parcialmente transmitidos a nós pela tradição indireta (os que ele mais adiante, em 344d, denomina os princípios primeiros e mais elevados da natureza)” (p. 199s).

Na conclusão, o autor novamente remete uma importante discussão, referente às “passagens de omissão”, à sua obra **Scrivere nell’anima** acima citada, assim como remete as propostas formuladas no presente estudo a conclusões já alcançadas em outros trabalhos sobre Platão (cf. p. 206). Com isso, o leitor que tenha acompanhado a discussão recolhida sumariamente neste opúsculo pode chegar ao fim com aquela sensação manifestada por Sócrates no final do primeiro livro da **República**, ou seja, a de não se ter regalado com o banquete oferecido por ter agido como os gulosos que tiram um pouquinho de cada prato que vai sendo servido, sem sabo-

rearem suficientemente o anterior, do que resulta não ter aprendido o suficiente com toda a discussão (cf. **Rep.** I, 354bc).

Antes de concluir, duas pequenas observações sobre a tradução em vista de eventuais reedições do livro. Na importante tomada de posição sobre os resultados da assim chamada interpretação aristotelizante da obra de Platão feita pela Escola de Tübingen, penso que a alternativa formulada pelo autor ficaria mais clara na seguinte tradução: “se a proposta dos túbíngueses é errônea porque o critério...”, em vez de: “se a proposta dos túbíngueses é errônea, o é porque o critério...” (p. 97). Na p. 115 a tradução trocou a segunda ocorrência de “filosofia”, no original, por “persuasão”, na seguinte frase: “Por isso, o objetivo do **Fedro** não pode ser contrapor a filosofia à retórica, a ciência à filosofia”. Com exceção desses dois pequenos deslizes, a tradução dos Profs. Rey Puente e Bolzani Filho é digna de elogios pela correção e elegância.

O que de fato se pode esperar desta publicação é que contribua para, finalmente, dar continuidade entre nós a um debate que, como disse no início, há mais de uma década espera interlocutores dispostos a empreendê-lo nos fóruns de publicidade, objetividade e respeito em que ele foi iniciado com a tradução da **História da filosofia antiga** e do **Platão** do Prof. Giovanni Reale.

Marcelo Perine  
PUC-SP  
(m.perine@ig.com.br)

CANTO-SPERBER, Monique (Org.). **Dicionário de Ética e Filosofia Moral**. 2 vols. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003, vol. 1: 891 p., vol. 2: 888 p.

Após vários anos de intenso trabalho vem à luz, em tradução portuguesa, esta magnífica obra que, por ocasião do lançamento da sua primeira edição na França foi saudada como um grande acontecimento literário do ano de 1996. Como escreve a organizadora no Prefácio da primeira edição francesa, o **Dicionário** foi concebido como obra de referência, “destinado a todos aqueles que, por necessidade profissional ou interesse pessoal são levados a refletir sobre questões éticas: os filósofos que estudam a filosofia moral de um ponto de vista histórico ou conceitual, as pessoas que devido à sua profissão ou aos seus compromissos confrontam situações que requerem uma reflexão ética e o conjunto do público culto sensível às dificuldades e inquietudes que o mundo de hoje suscita” (p. IX).

O público culto brasileiro, com seus filósofos e profissionais sensíveis às inquietudes e dificuldades éticas suscitadas pelo nosso mundo, tem agora acesso a uma obra que também deve ser saudada entre nós como marco decisivo na bibliografia de referência em língua vernácula. A edição brasileira levou em conta a terceira edição francesa, publicada em 2001, com 31 artigos novos relativamente à edição de 1996, e com quase toda a bibliografia atualizada. O trabalho de tradução, confiado a quatro experientes tradutores, foi submetido a uma equipe de cinco consul-

tores técnicos e, posteriormente, a dezenove revisores gráficos. É de se esperar que a obra, apresentada em elegante edição em dois volumes de capa dura, formato 17,5 x 24 cm, corresponda ao ingente trabalho de preparação e à grande expectativa gerada em torno do seu lançamento.

A concepção da obra é audaciosa, como se constata pela leitura dos Prefácios da organizadora às edições de 1996 e 2001. Reunindo 250 conceituados pensadores franceses (na maior parte), mas também ingleses, americanos, alemães e italianos, a obra distribui seus 323 artigos da seguinte forma: 112 artigos sobre temas, noções e conceitos, 73 sobre novas questões da ética, 85 sobre filósofos e 53 sobre história da filosofia moral. A concepção dos artigos responde ao primeiro desafio indicado pela organizadora no Prefácio da primeira edição: “Trata-se em cada contribuição de dar a informação necessária, mas também de apresentar a problemática. Enquanto apresenta o estado da questão a ser tratada, cada artigo se esforça em mostrar como reformular esta questão e em que condições é possível respondê-la. Na medida em que cada contribuição é um verdadeiro ensaio, este dicionário foi concebido desde o princípio como um dicionário de autores” (p. X).

Outro desafio a que a obra responde com acribia é o de ligar o presente

ao passado da disciplina, mostrando como os desenvolvimentos contemporâneos da filosofia moral estão na continuidade dos debates mais antigos sem, contudo, negar a existência de novos e urgentes problemas colocados pela nossa contemporaneidade, cuja emergência ou desenvolvimento requerem a reflexão filosófica. Expressão disso é a aplicação da reflexão a assuntos que tradicionalmente não pertencem à filosofia, como a “Clonagem” de organismos, a “Aids”, a “Discriminação sexual”, a “Dissuasão nuclear”, a *Globalização*, as *Finanças*, a *Justiça internacional*, a *Prostituição* ou o *Doping*. Isto fazendo, o **Dicionário** responde também ao desafio de “mostrar que uma mesma ambição de inteligibilidade e de justificação é comum à filosofia e a outras disciplinas” (p. XI).

No momento em que o declínio da discussão moral em nosso tempo se mostra diretamente proporcional ao crescimento das disputas pseudo-morais em torno de “valores” opostos e princípios irredutíveis, parece que é preciso falar de novo seriamente em moral, sabendo, entretanto, que a verdadeira discussão moral só é possível quando palavras como *bem* e *mal*, *virtude* e *vício*, *verdade* e *mentira*, *honestidade* e *astúcia* não são reduzidas aos interesses do momento, e quando a linguagem coerente e a lógica não são consideradas simples opressões sociais. A discussão moral, na realidade, é a outra face da filosofia. Isso significa, entre outras coisas, que mesmo quando, por algum tempo, uma das faces fica relegada ao conjunto das questões desprovidas do atrativo da

atualidade, a outra poderá sempre lembrar aos que ainda não perderam toda a memória ou não ficaram totalmente cegos pelas próprias luzes, que o discreto charme da atualidade só continua exercendo algum fascínio sobre nós porque não somos nunca totalmente atuais, pelo menos enquanto não perdermos esse antiquado hábito de nos atualizarmos. Este monumental **Dicionário** certamente contribuirá para o aprofundamento da discussão moral entre nós, na medida em que pretende apresentar e efetivamente apresenta com objetividade o estado atual das questões, situando-as na sua — que é a nossa — história.

Se não fizer mais do que isto, o **Dicionário** já estará contribuindo para enfrentar aquilo que Alasdair MacIntyre (cf. **Depois da virtude**, EDUSC, 2001) classificou como os dois traços mais chocantes e surpreendentes dos debates morais em nosso tempo, a saber, em primeiro lugar, o fato de a linguagem moral ser utilizada principalmente para expressar desacordos, e, em segundo lugar, o fato desses debates ou desacordos nunca ou quase nunca serem conclusivos. E, por paradoxal que pareça, as razões dessa inconclusividade encontram-se nas características do próprio debate, que são, fundamentalmente, duas: a primeira é a incomensurabilidade conceitual dos argumentos rivais (cada argumento pode desenvolver coerentemente conclusões a partir de suas premissas, mas como as premissas rivais são incompatíveis, as pretensões nelas fundadas são de espécies totalmente diferentes), e a segunda é o fato de os argumentos utilizados pretende-

rem ser impessoais, objetivos e apresentados de modo adequado a tal impersonalidade. Quando esta segunda característica se combina com a primeira, o que se revela é o caráter paradoxal do desacordo moral contemporâneo: por um lado, parece que estamos diante do choque de vontades antagônicas, cada uma delas determinada por um conjunto de escolhas arbitrárias em si mesmas; por outro lado, o apelo a uma linguagem objetiva sugere que há pelo menos a pretensão de ser ou chegar a ser racional no que se refere às questões morais. Pelo menos enquanto não tivermos renunciado definitivamente à pretensão de racionalidade no âmbito das questões e dos discursos morais, obras como este **Dicionário** terão um papel importante a cumprir dentro e fora da academia.

Para concluir esta breve apresentação, é importante destacar, além da qualidade dos artigos, o excelente sistema de remissões, verdadeira alma de uma obra deste gênero, que foi aperfeiçoado relativamente à edição de 1996. Finalmente, são também de grande utilidade os cinco índices (dos conceitos gregos, das doutrinas, escolas e correntes, dos autores e o índice remissivo das noções) que completam as remissões e fazem do **Dicionário** uma obra de memória, de reflexão e de saber, instrumento de trabalho e de pesquisa extremamente ágil e consistente, que vem enriquecer de maneira significativa a bibliografia filosófica em língua portuguesa.

Marcelo Perine  
PUC-SP  
m.perine@ig.com.br

#### HUMANA E ERUDITA BIOGRAFIA DE MAQUIAVEL

#### HUMAN AND LEARNED BIOGRAPHY OF MACHIAVELLI

RIDOLFI, Roberto. **Biografia de Nicolau Maquiavel**. Trad. Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 2003, 478 p.

*“Já disse e repito. Amo Nicolau Maquiavel, amo este meu livro onde fundi este meu amor. Muitos que o leram também o amam, como mostra a repetição das edições.”*

(Roberto RIDOLFI, “Prefácio à sétima edição italiana” de **Biografia de Nicolau Maquiavel**)

Biografias excelentes de Maquiavel existem poucas e raras. Ao passo que

as de nível inferior são mais comuns. Algumas destas pretenderam, entre outras coisas, instrumentalizar interesses do fascismo, como a de Guiseppe Prezzolini<sup>1</sup>, que publicada em 1927, visava comemorar o quarto centenário da morte do Inventor da ciência política moderna. Das excelentes, duas biografias recentes destacam-se: em 1989, Sebastian de Grazia publicou **Machiavelli in**

<sup>1</sup> PREZZOLINI, Guiseppe. **Vita di Niccolò Machiavelli Fiorentino**. Milano: Rusconi, 1994.

**Hell**<sup>2</sup>, ganhadora do prêmio Pulitzer no ano seguinte. Dez anos passados, Maurizio Viroli lançou **Il sorriso di Niccolò — Storia de Machiavelli**<sup>3</sup>. Se a primeira ignora — ao menos intenta ignorar evitando referências — a clássica obra de Ridolfi, a segunda principia com a declaração meritória: “*Ho scritto questa biografia senza la pretesa di fare meglio per ricchezza e preciosione di informazione storica e archivística degli studiosi che hanno scritto prima di me della vita di Machiavelli, primo fra tutti Roberto Ridolfi. La sua Vita di Niccolò Machiavelli resta um classico insuperato ed è stata la mia guida principale*”<sup>4</sup>. O emblemático “clássico” não é fruto do acaso.

O que faz de uma biografia sobre Filósofo tão prestigiado e (des)conhecido clássica no gênero? Porque Maquiavel segue sendo conhecido por um certo viés do senso comum filosófico e menos pela obra instauradora da ciência política moderna. O Filósofo, que revelara os bastidores da política renascentista por conviver com os grandes da época, é desnudado na obra em tela — desnude tanto da vida pública quanto da privada. Sob a pena de Ridolfi, talvez não lhe tenha sobrado nenhuma indumentária íntima — daquele, que em exílio forçado e sob silêncio obsequioso, vestia roupas ele-

gantes, ao cair da tarde depois de jogar *cricca* com camponeses, para ler, “conversar” e “ouvir”, os mais ilustres pensadores da Antigüidade. Que o primeiro quartel do século XVI promovera a conspiciência dos mais ilustres, não é novidade para ninguém. Maquiavel desnudara-se já nas **Lettere**, ao participar a amigos fiéis misérias, desencantos, amores, passatempos, traspasados de uma certa psicologia do rumor... Afinal, Maquiavel está para a prosa na altura em que se encontra Dante na poesia dentro do universo da literatura italiana.

Ridolfi afirma — com hábil naturalidade — que escrevera **Vita di Niccolò Machiavelli**, porque não suportava mais ler biografias cansativas, sem hábito de vida, nem quentura, a gastar páginas em contexto sócio-histórico da Itália da época, “nas quais o tecido biográfico desaparece e se perde sob volumosas massas de gorduras exegeticas, críticas, históricas”<sup>5</sup>. As de Villari e de Tommasini são os protótipos de tais complexas análises do Florentino. De antemão, num lance de dados, a tensão do contraponto ausente é atirada e iluminará todo texto. O leitor interessa-se pela leitura por aquela promessa de felicidade explicitada na página inicial. Num passe de pena, Villari e Tommasini tornam-se *calendas*.

<sup>2</sup> Edição brasileira: de GRAZIA, Sebastian. **Maquiavel no Inferno**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

<sup>3</sup> Edição brasileira: VIROLI, Maurizio. **O Sorriso de Nicolau — História de Maquiavel**. Trad. Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade; 2002.

<sup>4</sup> VIROLI, Maurizio. **Il Sorriso di Niccolò — Storia di Machivelli**. Roma-Bari: Laterza, 1998, p. I.

<sup>5</sup> RIDOLFI, Roberto. Prefácio à primeira edição. **Biografia de Nicolau Maquiavel**. Trad. Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 2003, p. XII.

A porta de entrada da presente edição da obra de Ridolfi contém quatro prefácios de edições italianas: sétima, primeira, terceira e quinta, nesta ordem. O resultado é surpreendente, pois o Autor parece mover um caleidoscópio imaginário a cada apresentação.

Dividido em vinte e cinco capítulos, tal número força a recordação do número de capítulos iniciais de **Il Principe**, mais tarde fora acrescido de um último. Em verdade, a concordância estanca no número. Coincidência ou não, o capítulo sétimo da biografia cuida da legação de Maquiavel junto ao Duque Valentino, como fez Maquiavel em capítulo de mesmo número no seu *livrinho* mais famoso. Porém antes mesmo que o Leitor imagine alguma fórmula cabalística... sem eufemismo, a leitura é prazerosa. O Maquiavel de carne e osso, interioridades, reaparece como se vivo fosse a cavalgar por Florença, Romanha, Roma, Pisa, além e aquém fronteiras da Itália. O Secretário em legações; o Secretário escrevendo relatos e análises das legações para a Signoria; o Cidadão florentino pensando de modo dilemático a complexa situação política italiana em contraposição ao contexto europeu. Atores políticos em ação, mortes, exercício da crueldade como ato de prudência em vista de um domínio ou conservação de território recém dominado... amores, horas amargas como os “remédios amargos” sugeridos para as situações de descontrole político. Pesa sobre Maquiavel a pecha de mulhengo. Com sorriso enigmático e um dar de ombros, o Florentino descontraía o

discurso ao escrever “coisa útil para os que se interessarem”, Ridolfi parece aludir ao utilitarismo, ao realismo contra a profissão de boa fé, ao anti-utopismo, à alegria de viver, com o colocar-se na pele do Filósofo e trautear: na vida como na política tudo pode acontecer, se bem tramado, como a sedução em **Mandragola**. A imitar Maquiavel, Ridolfi habita o texto que escreve.

A propósito, Ridolfi estudou o teatro maquiaveliano e é responsável pela recuperação do texto integral da primeira comédia moderna, **Mandragola**, como hoje conhecemos e tem sido levada aos palcos, além de fina análise da peça **Clizia**<sup>6</sup>. Também na **Biografia de Nicolau Maquiavel**, dois capítulos são dedicados à produção comediográfica e um, em especial, aos “ócios” literários. E fora o ócio produtivo de Sant’Andrea que dera ensejo à escritura dos **Discorsi**, que principia e suspende, durante 1513, para rapidamente escrever **Il Principe**.

A tradução é primorosa. Ridolfi (1899-1992) foi um erudito crítico de arte, bibliófilo, filólogo, pesquisador do Renascimento, diretor de **La Bibliofilia**. Sim, porque Ridolfi foi um erudito, que tal qual Jorge Luis Borges passou anos cuidando de uma biblioteca. Porém é o escritor elegante que é reconhecível a cada página da edição brasileira. O tradutor Nelson Canabarro, que em 1994 brindara a comunidade acadêmica com a excelente tradução da **História de Florença**, debruça-se sobre o texto ora resenhado com afinco. O resultado é uma tradução exemplar, que

<sup>6</sup> Conferir RIDOLFI, R. **Studi sulle Commedie del Machiavelli**. Pisa: Nistri-Lischi, 1968.

demandou muita pesquisa paralela. Por certo, a tradução de texto da língua italiana, descolada do toscano, facilita a operação. O texto original e a tradução brasileira relembram passagem de Nietzsche ao desdenhar da língua pátria: "...como poderia a língua alemã, mesmo na prosa de um Lessing, imitar o 'tempo' de um Maquiavel que, no seu **Príncipe**, nos faz respirar o ar fino e seco de Florença, e que não pode abster-se de apresentar o assunto mais grave num *alegríssimo* indisciplinado, talvez não sem um malicioso prazer de artista, pensando no contraste a que se arrisca, — pensamentos extensos, pesados, duros e perigosos, e um 'tempo' de galope e uma disposição óptima e petulante"<sup>7</sup>.

Afeiçoado ao gênero, Ridolfi escreveu outras duas biografias de figuras renascentistas destacadas: Francesco Guicciardini e Girolamo Savonarola. Do primeiro biografado, é sabido que o próprio Ridolfi preferia a edição inglesa à italiana por conter acréscimos e correções<sup>8</sup>.

Messe maquiaveliana em português

"A bibliografia moderna sobre Maquiavel é imensa; menos em língua por-

tuguesa"<sup>9</sup>. Seminário sobre a obra de Maquiavel, realizado na Universidade de Brasília, em 1979, lançou luzes sobre a necessidade das universidades brasileiras estudarem com acuidade o pensamento político do Chanceler florentino. A propósito, Venâncio Filho lembrou que a "promessa de estudos de ciência política ou cursos de ciências sociais das Faculdades de Filosofia não trouxeram sobre a obra de Maquiavel nenhuma contribuição especial..."<sup>10</sup>. Salvo a obra singular e pioneira de Octávio de Faria, **Maquiavel e o Brasil**, praticamente literatura de combate, de 1931, reeditada em 1933<sup>11</sup>, depois desaparecida, pensadores políticos, a exemplo de Tavares Bastos, ou tomados de grande preconceito como Salles Torres Homem, Pedro Lessa, Gilberto Amado, Augusto Meyer, deixaram de enfrentar teoricamente o Criador da ciência política moderna. A imagem de Maquiavel entre nós só melhorou em parte com Guerreiro Ramos, que por dever de ofício, afirmou que o preconceito contra aquele Pensador era representativo de uma *jeunesse dorée* — um ponto de vista ainda conservador. Melhores enfoques, mais lúcidos, só com Hermes Lima, Cândido Mota Filho, Cândido Mendes de Almeida, Afonso

<sup>7</sup> NIETZSCHE, F. **Para Além do Bem e do Mal**. Trad. Herman Pflüger. Lisboa: Guimarães, 1974, p. 43.

<sup>8</sup> RIDOLFI, Roberto. **The Life of F. Guicciardini**. Trad. C. Grayson. Londres: Routledge & Kegan, 1967.

<sup>9</sup> CARPEAUX, Otto Maria. Livros na mesa. **Ensaios Reunidos – 1942-1978**. Rio de Janeiro: Topbooks/Univercidade, 1999, p. 776.

<sup>10</sup> VENÂNCIO FILHO, Alberto. Notas sobre Maquiavel e o Brasil. BATH, Sérgio et alii. **Maquiavel: um seminário na Universidade de Brasília**. Brasília: UnB, 1981, p. 55.

<sup>11</sup> FARIA, Octávio de. **Machiavel e o Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. A propósito, conferir "Octávio de Faria – o mergulho em várias correntes ideológicas", In SADEK, M. T. A. **Machiavel, Machiavéis: a tragédia octaviana. Estudo sobre o pensamento político de Octávio de Faria**. São Paulo: Símbolo, 1978, pp. 113/189.

Arinos de Melo Franco e Marcílio Marques Moreira. Assim mesmo, concluiu Venâncio Filho: “A messe maquiaveliana do Brasil é paupérrima, realmente desprimorosa, e não condiz com o padrão de cultura universitária que desejamos ostentar”<sup>12</sup>. Como resultado da ausência de estudos sistemáticos e incorporação do universo maquiaveliano ao pensamento político brasileiro — se acaso existe tal pensamento, como inquiriu Raymundo Faoro<sup>13</sup> — este claudica desordenado. Afinal, talvez a mais importante invenção teórico-prática para os horizontes políticos brasileiros seja a idéia de “conciliação”, gestada e parida pelo Gabinete Paraná, em 1842, porém distante três séculos do pensamento do Florentino.

Se a obra de Maquiavel, oficialmente, não esteve subsumida durante o tempo do Brasil-Colônia, ao mesmo tempo, em Portugal, a fortuna crítica da obra do Autor foi, no mínimo, curiosa. O crítico literário Wilson Martins ao tratar do indigesto “integralismo lusitano”, relembra a peça teatral **O novo príncipe**, de José da Gama Castro, morto em 1873, abre-alas de tal movimento. De braço com o preconceito contra Maquiavel e com uma imagem vulgar de príncipe projetada pelo teatrólogo, o “novo príncipe” apresenta-se como um fisiocrata. Eis a frase lapidar da personagem: “é sempre muito má a economia política, aquela que pretende florescer fábricas à custa da agricultura”.

Se o genuíno pensamento de Maquiavel não adentrou o imaginário político brasileiro de forma positiva, na literatura, Machado de Assis lançou mão do adjetivo maquiavélico em alguns de seus contos, como em “D. Benedita”. E concluiu outro, “A Teoria do Medalhão” com a tirada: “Meia-noite? Entrás nos teus vinte e dois anos, meu peralta; estás definitivamente maior. Vamos dormir, que é tarde. Rumina bem o que te disse, meu filho. Guardadas as proporções, a conversa desta noite vale o **Príncipe** de Machiavelli. Vamos dormir”.

Melhores tempos para os estudos maquiavelianos em solo pátrio sucedem-se desde 1956, quando o diplomata Lauro Escorel lançou **Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel**<sup>14</sup>. Proximamente, Newton Bignotto estudou a faceta republicana do Secretário florentino em **Maquiavel Republicano**<sup>15</sup>. E um que outro artigo em revistas especializadas e coletâneas trazem estudos sobre o biografado, além de dissertações de mestrado. Para não escapar à metáfora orgânica: é tempo de plantar sementes de estudos maquiavelianos entre nós, antes que seja tarde.

O crítico, que ora resenha é um dos que simpatiza-se, amorosamente, com a biografia de Maquiavel, de Roberto Ridolfi.

Antonio José Romera Valverde  
PUC-SP e FGV-EAESP  
valverde@fgvsp.br

<sup>12</sup> VENÂNCIO Filho, Alberto. *Op. cit.* p. 56.

<sup>13</sup> Apud FAORO, Raymundo. **Existe um Pensamento Político Brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

<sup>14</sup> ESCOREL, Lauro. **Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel**. Brasília: UnB, 1979.

<sup>15</sup> BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. S. Paulo: Loyola, 1991.